



| ECONOMIA • PAULO SANDRONI

DONOS DO PIB, REFORMAS E ELEIÇÕES: COSTURA DELICADA

Todos os governos nacionais eleitos a partir de 1989 se apoiaram no tripé Congresso (parlamentares), donos do Produto Interno Bruto (PIB) (empresários) e ruas (povo e movimentos sociais). No passado, o tripé era constituído por Exército, Marinha e Aeronáutica. Hoje, embora consultadas, as Forças Armadas têm protagonismo reduzido e, fato relevante, conhecemos mais os nomes dos(as) ministros(as) do Supremo do que os dos comandantes das três armas.

As forças que compõem o tripé atual se interinfluenciam e são indispensáveis para dar estabilidade a um governo. Um governante pode perder o apoio de uma delas, mas não de duas, muito menos das três. Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff encaixaram-se nesse último figurino e caíram.

Michel Temer apoiava-se nas duas primeiras forças. Os donos do PIB sustentavam-no na medida em que as suas habilidades de articulador no Congresso o credenciavam para conseguir aprovar reformas indispensáveis à estabilização sem onerar as empresas com novos e velhos tributos, jogando o ônus dessa estabilização sobre os ombros da população, especialmente a mais pobre.

Aos trancos e barrancos, o governo conseguia vitórias no Congresso. As perspectivas de aprovação de mudanças nas relações trabalhistas e na previdência eram promissoras; a caixa de ferramentas de bondades para governadores e parlamentares foi aberta, e Temer, um profissional do Congresso, manjava-a com relativo sucesso. De quebra, beneficiava empresários devedores de tributos com o generoso Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

Mas a delação com hora extra de uma dupla sertaneja feriu o coração do governo. O presidente começou a sangrar e perdeu grande parte de sua capacidade de costurar apoios no Congresso para a aprovação das reformas, passou a lutar pela própria sobrevivência e deixou de ser útil aos donos do PIB.

Os empresários tentam abrir diálogo direto com o Congresso para a aprovação das reformas. Anúncios de página inteira nos principais jornais do país, custeados por importantes entidades empresariais, clamam

pelas mudanças, mas silenciam sobre Temer. Querem uma solução rápida. A área econômica age como se nada tivesse acontecido, e os votos alinhavados para a aprovação das reformas agora se tornam incertos.

Sem a equação das contas públicas, leia-se redução do déficit e estancamento do crescimento da dívida, não haverá retorno decidido dos investimentos. Especialmente a reforma da previdência – a mais difícil – é aguardada pelos empresários como um ponto de inflexão.

Para esse segmento, cujo comportamento é decisivo para a retomada do crescimento, torna-se indispensável resolver o problema antes da abertura da temporada de caça aos votos nas eleições presidenciais de 2018. O medo é que as decisões sobre as reformas se protelem para o ano entrante.

Em outras palavras, ou as reformas saem agora, mesmo que atenuadas em função do enfraquecimento da base governista, ou os candidatos que eventualmente as defenderem serão derrotados nas urnas. A agonia que a recessão tem nos causado poderá se prolongar por tempo difícil de estimar e, como todos sabemos, tempo é um recurso natural, não renovável.

OU AS REFORMAS
SAEM AGORA,
OU OS CANDIDATOS
QUE EVENTUALMENTE
AS DEFENDEREM
SERÃO DERROTADOS
NAS URNAS.